

# Teleaudiência até o fim do mês em Viana

## Presidente do Tribunal de Justiça anuncia sistema que irá permitir o julgamento de presos a distância

O sistema de teleaudiência, que irá permitir o julgamento de presos a distância, estará funcionando no complexo prisional de Viana até o final do mês. A informação é do presidente do Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJ-ES), desembargador Jorge Goes Coutinho.

Segundo ele, os últimos testes com os equipamentos serão feitos nas próximas quinta e sexta-feiras. O sistema contará com um link entre o Tribunal de Justiça e a penitenciária de Viana.

O desembargador afirmou que o custo com os equipamentos é de aproximadamente R\$ 300 mil e eles estão sendo pagos por meio de uma parceria do governo do Estado.

“Implantando o sistema em caráter definitivo, ele vai minimizar o problema que temos hoje de cancelamento de audiências criminais. Os processos prescrevem exatamente porque os prazos não são cumpridos”, explicou.

A instalação do equipamento coincide com a polêmica criada

da pela passagem do traficante Luiz Fernando da Costa, o Fernandinho Beira-Mar, pelo Estado, no último fim de semana.

A operação trouxe despesa aos cofres públicos, insegurança à população e indignação das autoridades locais. Beira-Mar saiu do presídio federal em Catanduvas, no Paraná, para uma audiência no Rio de Janeiro, que era para ter ocorrido ontem, mas acabou adiada.

### TESTE

O diretor de tecnologia do TJ-ES, Victor Murad Filho, informou que para o teste de quin-

ta e sexta-feiras foram convidados um advogado, um juiz e um promotor para participar da simulação de um julgamento.

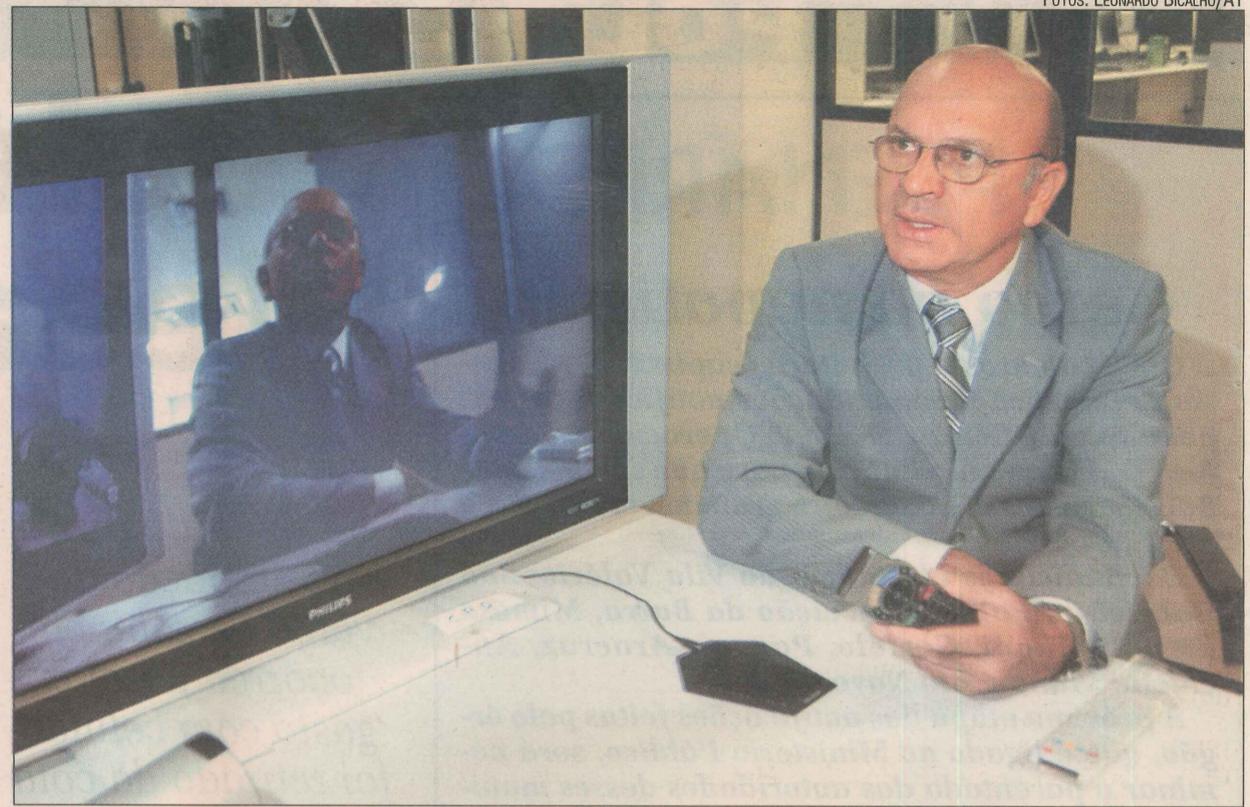
O preso será fictício e todo o processo servirá para dar os últimos ajustes ao sistema de teleaudiência.

Ele lembrou, ainda, que a alta definição do aparelho permite que o juiz tenha uma maior percepção de detalhes sobre a reação e o comportamento do preso.

Segundo o diretor, não há prazo de quando o sistema estará disponível em todo o Estado.

A expectativa é de que, inicialmente, ele seja instalado em uma sala nos fóruns criminais, para que possa ser utilizado por todos os juizes.

A assessoria de imprensa do Tribunal de Justiça informou que, após os testes desta semana, caso o Estado opte por adotar efetivamente a teleaudiência, será preciso a aprovação de uma lei, na Assembleia Legislativa.



Jorge Goes mostra os equipamentos que serão utilizados nas teleaudiências



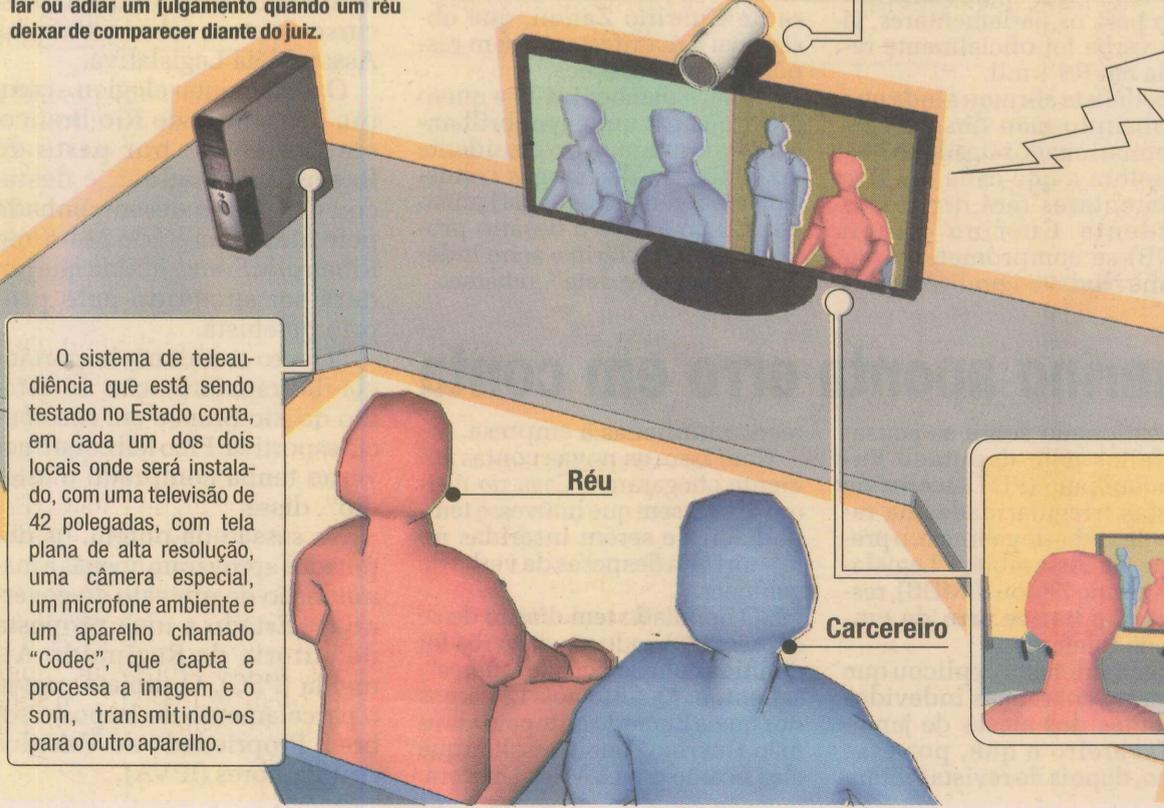
Murad: sistema ligará o presídio de Viana ao Tribunal de Justiça

## COMO FUNCIONA A TELEAUDIÊNCIA

Pela nova tecnologia será possível realizar o julgamento de presos sem que eles precisem se deslocar até os fóruns. Dessa forma, o sistema irá permitir mais agilidade nos processos e a diminuição da impunidade, já que não haverá mais necessidade de cancelar ou adiar um julgamento quando um réu deixar de comparecer diante do juiz.

A câmera tem um movimento de 200 graus e o juiz, por meio de controle remoto, é quem comanda o movimento dos dois equipamentos, tanto o que está na sala dele quanto o que está no presídio.

Dessa forma, é possível ter uma visão panorâmica do ambiente em que o réu se encontra, verificando se não há mais ninguém no local.

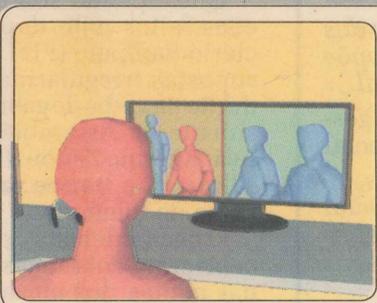


O sistema de teleaudiência que está sendo testado no Estado conta, em cada um dos dois locais onde será instalado, com uma televisão de 42 polegadas, com tela plana de alta resolução, uma câmera especial, um microfone ambiente e um aparelho chamado "Codec", que capta e processa a imagem e o som, transmitindo-os para o outro aparelho.



As teleaudiências irão funcionar em salas específicas para essa finalidade. Em uma ponta de teleaudiência ficará o juiz e o promotor, enquanto na outra o preso acompanhado de um carcereiro.

O advogado de defesa pode acompanhar o julgamento tanto ao lado do juiz quanto ao lado do réu. Ele terá a garantia de que seu cliente não está sendo coagido ou induzido por alguém.



A tela é dividida em duas, mostrando os dois ambientes — o do preso e o do juiz — como forma de garantir que os dois locais sejam gravados simultaneamente. Ela ficará presa à parede e a câmera será instalada acima dela. Após o julgamento, um disco de DVD com a gravação será entregue às partes.

## Futuros juizes têm aula sobre consumidor

O Código de Defesa do Consumidor, com suas interpretações e aplicações, foi tema da aula inaugural do curso de Especialização e Preparatório à Carreira de Magistratura de 2007, da Escola de Magistratura do Espírito Santo.

A palestra, conduzida pela desembargadora do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro Cristina Tereza Gaulia, mostrou como o código, que existe desde 1990, não se torna ultrapassado como acontece com algumas legislações específicas.

Segundo ela, o código será sempre atual por ter cláusulas de conteúdos abertos, ou seja, normas que não possuem um tipicidade rígida sobre determinada situação.

“O código é uma lei que propõe regras de conduta através de cláusulas abertas, que tem o objetivo de perenizar essa lei. É uma lei de proteção ao vulnerável, no caso do consumidor, e que traz muitas cláusulas gerais. Então, hoje, daqui a 10 anos, 50 anos, será uma lei atual”, disse.

Conforme a magistrada, a legislação ainda não funciona com 100% de eficiência, mas vem mudando o comportamento dos fornecedores diante da qualidade dos serviços prestados aos consumidores.

De acordo com ela, os juizados especiais cíveis também contribuíram para que os consumidores passassem a cobrar mais pelos seus direitos.

### LIVRO

O evento contou, ainda, com o lançamento do livro “Comentários à Lei de Combate à Violência contra a Mulher”, do juiz da 4ª Vara Criminal de Vila Velha, Sérgio Ricardo de Souza.

No livro, ele explica cada artigo e analisa o implantação da Lei 11.340/06 (Lei Maria da Penha), que aborda o assunto.

Segundo o magistrado, é preciso uma mobilização de grupos da sociedade civil, como os que defendem os direitos da mulher, para que a lei realmente saia do papel.